

1. Marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.
- () Nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios cabe-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo nelas existentes.
 - () Os direitos sobre as terras indígenas são imprescritíveis.
 - () As terras indígenas são inalienáveis.
 - () As organizações indígenas são parte ilegítima para ingressar em juízo em defesa dos direitos dos índios, cabendo ao Ministério Público todos os atos do processo.
 - () O aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas não podem ser efetivados.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- a) F – V – F – F – V
 - b) V – V – V – F – F
 - c) V – F – F – V – V
 - d) V – F – V – F – F
2. Analise as afirmações a seguir.
- I. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
 - II. As pessoas direito privado prestadoras de serviços públicos responderão subsidiariamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
 - III. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - IV. As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
 - V. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- Assinale a alternativa correta:
- a) Todas as assertivas estão erradas.
 - b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.
3. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- () Lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.
 - () É permitida a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, desde que não inferior à área de um Município.
 - () Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, salvo em questões judiciais.
 - () A assembleia geral fixará a contribuição assistencial que será descontada em folha para custeio do sistema confederativo.
 - () Está vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- a) V – F – V – F – F
 - b) V – F – F – F – V
 - c) F – V – V – F – V
 - d) V – F – F – V – V
4. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena:
- a) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas.
 - b) De parcelamento ou edificação negociados.
 - c) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana regressivo no tempo.
 - d) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
5. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é **INCORRETO** afirmar:
- a) Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
 - b) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.
 - c) Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
 - d) O casamento é civil e gratuita a celebração e o casamento religioso tem efeito civil.
6. De acordo com a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** analise as afirmações a seguir.
- I. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
 - II. É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - III. Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.
 - IV. A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - V. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- Assinale a alternativa correta:
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão erradas.
7. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:
- a) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo cumuladas as remunerações.
 - c) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se suspenso estivesse.
 - d) Tratando-se de mandato eletivo federal poderá o servidor cumular seu cargo, emprego ou função.
8. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.
- () Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
 - () São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - () Como condição para a aquisição da estabilidade, poderá ser realizada avaliação de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - () O servidor público estável perderá o cargo em virtude de decisão judicial; mediante processo administrativo; ou mediante procedimento de avaliação de desempenho.
 - () Extinto o cargo o todo servidor ficará em disponibilidade com remuneração integral.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- a) V – F – F – V – V
 - b) V – F – V – F – F
 - c) F – V – F – F – V
 - d) V – V – F – F – F
9. É **ERRADO** afirmar:
- a) São privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática.
 - b) São privativos de brasileiro nato os cargos da Câmara dos Deputados.
 - c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
 - d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de imposição de naturalização, pela norma estrangeira.

10. Marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.
- () Compete aos Estados legislar sobre registros públicos.
 - () Compete à União a responsabilidade civil por danos nucleares apurada a existência de culpa.
 - () Compete aos Estados explorar diretamente os serviços de transporte rodoviário interestadual.
 - () Compete privativamente à União legislar sobre custas dos serviços forenses.
 - () Compete privativamente à União legislar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- a) V – F – F – V – V
 - b) F – F – F – F – F
 - c) F – V – V – F – V
 - d) V – F – V – F – F
11. De acordo com a Lei nº 8.666/93, para habilitação nas licitações **NÃO** será exigido dos interessados o seguinte documento:
- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - c) Prova de regularidade com a legislação ambiental, mediante apresentação de certidão expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo órgão estadual de meio ambiente, na forma da lei.
 - d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
12. Sobre a Administração Pública, está correta a seguinte afirmação:
- a) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
 - b) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - c) É garantida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - d) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
13. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, **NÃO** se aplica a seguinte disposição:
- a) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, o servidor público perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - b) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor público ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - c) Investido no mandato de Prefeito, o servidor público será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - d) Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para os efeitos legais.
14. Considerando os princípios constitucionais de Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:
- I. O princípio constitucional da impessoalidade impõe à Administração um agir de forma objetiva, sem favoritismos, como, por exemplo, a exigência de prévia aprovação em concurso público para a investidura em cargo ou emprego público.
 - II. A decisão de disponibilizar o salário dos servidores públicos na internet está intimamente relacionada com o princípio da eficiência.
 - III. A função social da propriedade é decorrência do princípio da supremacia do interesse público, explicitamente previsto no texto constitucional.
 - IV. A edição de decreto autônomo destinado à extinção de cargos ou funções públicas, quando vagos, é compatível com o postulado da legalidade.
- a) Somente a proposição I está correta.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
15. O princípio constitucional da publicidade determina que todos os atos administrativos devam ser amplamente divulgados. A respeito desse princípio, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Negado o exercício do direito à informação, conforme o caso, os prejudicados poderão impetrar mandado de segurança ou *habeas data*.
 - b) Os órgãos públicos devem sempre fornecer as informações quando solicitadas.
 - c) Mesmo que submetidas ao regime de direito privado, as empresas públicas e sociedades de economia mista devem respeitar o princípio da publicidade.
 - d) O administrador público que não se submeter ao princípio da publicidade poderá sofrer sanções.
16. Diversos são os atos administrativos que o agente público pode vir a praticar. Sobre suas espécies, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Deliberações são atos oriundos, em regra, de órgãos colegiados e normalmente representam a vontade majoritária de seus componentes.
 - b) Autorização é ato administrativo discricionário e precário, de modo que, em regra, caso venha a ser revogada, não gerará direito a indenização.
 - c) A resolução pode estabelecer restrições não previstas em lei.
 - d) Licença é ato vinculado que goza de presunção *juris tantum* de legitimidade e legalidade. Assim, em caso de prova robusta em sentido contrário, a licença poderá ser anulada.
17. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, criado por lei, com denominação própria e remunerado pelos cofres públicos. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:
- a) De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor público que for empossado e não iniciar suas atividades no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período, será imediatamente exonerado do cargo.
 - b) Segundo a Constituição Federal de 1988, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos para o seu exercício, fixados em lei.
 - c) A remuneração dos servidores públicos e seus subsídios poderão ser fixados ou alterados por decreto da Presidência da República.
 - d) Os cargos de mandato, previamente fixados, poderão ser cassados em quaisquer casos, dependendo, exclusivamente, da vontade do administrador.
18. Sobre o poder de polícia da Administração Pública, assinale a alternativa correta:
- a) A polícia administrativa, essencialmente repressiva, tem por objeto limitar a liberdade e a propriedade.
 - b) O poder de polícia somente será legítimo se a lei que lhe dê suporte for constitucional.
 - c) É possível delegar as funções decorrentes do poder de polícia às pessoas da iniciativa privada mediante concessão, sendo vedado o uso do instituto da permissão para essa finalidade.
 - d) O poder de polícia não pode acarretar disciplina e restrições ao exercício de um direito fundamental.
19. No dia 29/08/2012 o Estado do Rio Grande do Norte publica lei majorando a taxa para “Emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)” de R\$ 30,00 para R\$ 35,00. No último artigo do texto legal fica estabelecido que a lei “entra em vigor na data de sua publicação”. A Fazenda Estadual, com base no que determina a lei, inicia a cobrança a partir de 29/08/2012.
- Segundo o atualmente previsto na Constituição e no CTN, a cobrança da Fazenda do Rio Grande do Norte está:
- a) Equivocada em virtude do princípio da anterioridade nonagesimal, bastando que a referida cobrança fosse realizada após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que a instituiu.
 - b) Equivocada, vez que tais recursos não foram contemplados no orçamento fiscal do período.
 - c) Equivocada, vez que a anterioridade normal e nonagesimal não foram observadas.
 - d) Correta, vez que o princípio da anterioridade não é aplicável às taxas.

20. Ayrton e Léa casaram-se em 20/10/2005 em regime de comunhão universal de bens. As declarações de rendimentos sempre foram entregues em separado e cada um auferiu rendimentos decorrentes de seu próprio trabalho. No ano de 2011 Ayrton não realizou o pagamento do imposto de renda pessoa física – IRPF, apesar de ter reconhecido na declaração de imposto de renda - DIRPF o valor como devido. Qual o efeito do débito em relação a Léa?
- A Fazenda Pública não poderá exigir o tributo devido de Léa.
 - Léa é credora quirografária.
 - Caso Ayrton pague metade da dívida tributária o saldo só poderá ser exigido dele.
 - Eventual interrupção da prescrição em favor de Ayrton favorece ou prejudica Léa.
21. Em relação ao termo de inscrição em dívida ativa, assinale a alternativa correta:
- O dever de provar o seu conteúdo é da Fazenda Pública.
 - Tem presunção absoluta.
 - Deve constar obrigatoriamente em seu teor a origem e natureza do crédito.
 - Deve ser acompanhado do processo administrativo tributário para que tenha presunção relativa.
22. Assinale a alternativa em que **NÃO** está prevista uma forma de extinção do crédito tributário:
- Remissão
 - Conversão de depósito em renda
 - Remição
 - Parcelamento
23. Em relação ao ITR, assinale a alternativa correta:
- Será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei.
 - A competência para instituir o tributo é da União, mas pode ser delegada aos Municípios.
 - A alíquota pode ser majorada por ato do Poder Executivo.
 - Pertence aos Municípios trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural.
24. Em relação à constituição do crédito tributário, assinale a alternativa correta:
- O lançamento por declaração não pode ser fundamentado em informações apresentadas por terceiros.
 - O lançamento de ofício depende da participação do sujeito passivo.
 - No lançamento por homologação o pagamento ocorre após a respectiva conferência e concordância da Fazenda Pública.
 - Caso o contribuinte não preste as informações necessárias ao lançamento por declaração, a autoridade fiscal deverá constituir o crédito tributário através do lançamento de ofício.
25. Assinale a alternativa que indica uma obrigação tributária acessória:
- Pagamento de ICMS realizado pelo responsável tributário.
 - Multa decorrente da não entrega de declaração de imposto de renda.
 - Emissão de nota fiscal.
 - Pagamento de ICMS realizado pelo contribuinte em relação à circulação de mercadoria.
26. Tanto os notários quanto os registradores:
- Possuem direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, o que evidencia que a remuneração dos cartorários não é paga pelos cofres públicos, mas sim pelos particulares usuários do serviço, através do pagamento desse preço público.
 - Possuem direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, o que evidencia que a remuneração dos cartorários não é paga pelos cofres públicos, mas sim pelos particulares usuários do serviço, através do pagamento desse imposto.
 - Não possuem direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, devendo proceder ao repasse de percentual da remuneração dos cartorários aos cofres públicos, por exercerem função delegada do Poder Judiciário.
 - Possuem direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, o que evidencia que a remuneração dos cartorários não é paga pelos cofres públicos, mas sim pelos particulares usuários do serviço, através do pagamento dessa taxa.
27. Segundo o Supremo Tribunal Federal, as atividades notariais:
- Estão imunes de tributação porque têm manifesto interesse público.
 - Estão imunes de tributação porque delegadas do Poder Judiciário.
 - Não estão imunes de tributação porque possuem a natureza de serviços públicos *uti universi*.
 - Não estão imunes à tributação, já que são exercidas com intuito lucrativo e possuem capacidade contributiva.
28. A ordem de serviço deve considerar:
- Que será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.
 - Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia.
 - A existência de exigência fiscal, ou dívida obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante.
 - Dependem de apontamento no Protocolo os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- Apenas as assertivas I e II estão incorretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão incorretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
29. As anotações e as averbações obrigatórias serão praticadas:
- Apenas por ordem judicial, a requerimento verbal ou escrito dos interessados e, ainda, a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
 - Com a necessidade do reconhecimento de firma do documento, quando exigido pelo juiz.
 - Sem a necessidade do reconhecimento de firma do documento.
 - Independentemente de qualquer determinação judicial, dos interessados ou do Ministério Público.
30. Assinale a alternativa correta:
- Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados: a lavrar certidão do que lhes for requerido; e a fornecer às partes as informações solicitadas.
 - Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
 - O acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP.
 - A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de dez dias.
- Todas as assertivas estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
31. Sobre as certidões:
- As certidões de nascimento mencionarão, obrigatoriamente, apenas a data em que foi feito o assento.
 - Nas certidões de registro civil, não se mencionará, em nenhuma hipótese, a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação.
 - As certidões extraídas dos registros públicos deverão ser fornecidas em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia, vedado outro processo equivalente.
 - A certidão, de inteiro teor, poderá ser extraída por meio datilográfico ou reprográfico, mas as do Registro Civil das Pessoas Naturais mencionarão, sempre, a data em que foi lavrado o assento e serão manuscritas ou datilografadas e, no caso de adoção de papéis impressos, os claros serão preenchidos também em manuscrito ou datilografados.

32. Os livros de registro e as fichas substitutivas desses mesmos livros:
- Jamais sairão do respectivo cartório, pena de responsabilidade civil e criminal do oficial.
 - Jamais sairão do respectivo cartório, pena de responsabilidade administrativa do oficial.
 - Poderão sair do respectivo cartório mediante requisição do Ministério Público, pena de crime de desobediência.
 - Somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.
33. Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha:
- Serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, ao Oficial do Cartório mais próximo do local de embarque.
 - Serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
 - Serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, ao Oficial do Cartório do domicílio do interessado.
 - Serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, ao Oficial do Cartório mais próximo do local de desembarque.
34. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro:
- Serão, em qualquer hipótese, trasladados para os cartórios de Ofício do domicílio do registrado, mesmo quando tiverem de produzir efeito apenas no exterior.
 - Apenas serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular, sem a necessidade de serem encaminhados ao Oficial do Cartório da capital do Distrito Federal.
 - Serão, em qualquer hipótese, trasladados para os cartórios de Ofício do domicílio do registrado, quando tiverem de produzir efeito no País, ou não.
 - Serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.
35. A respeito das declarações de nascimento, pode-se dizer que:
- Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de dez dias.
 - O requerimento será assinado por duas testemunhas, podendo exigir o Oficial, caso suspeite de falsidade, prova suficiente do fato; e não se considerando satisfeito, encaminhará o caso ao juiz, que deliberará a respeito.
 - O oficial deverá lavrar o assento dentro em três dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário mínimo da região.
 - O requerimento será assinado por duas testemunhas, podendo exigir o Oficial, caso suspeite de falsidade, prova suficiente do fato; e não se considerando satisfeito, poderá negar o registro.
36. Assinale a resposta correta:
- A escrituração será feita seguidamente, em ordem cronológica de declarações, sem abreviaturas, nem algarismos, não cabendo a ressalva de emendas, entrelinhas ou outras circunstâncias.
 - Os livros de registro serão divididos em três partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
 - As partes, ou seus procuradores, bem como as testemunhas, assinarão os assentos, inserindo-se neles as declarações feitas de acordo com a lei ou ordenadas por sentença.
 - Se os declarantes, ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstâncias assinar, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa, mas não é necessária a coleta de impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
37. Sobre o mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos, é **INCORRETO** afirmar:
- Os mapas dos nascimentos deverão ser remetidos ao Ministério da Saúde, que tomará as medidas cabíveis de remessa aos órgãos públicos interessados no cruzamento das informações do registro civil e da declaração de nascido vivo conforme o regulamento, com o objetivo de integrar a informação e promover a busca ativa de nascimentos.
 - Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.
 - A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.
 - Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.
38. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos:
- Apenas os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública; e as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas; e os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos; e o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias.
 - Apenas os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública.
 - Apenas os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública; e as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas; e os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
 - Apenas os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública; e as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.
39. Indique a afirmação que contém documento não passível de transcrição no Registro de Títulos e Documentos:
- Caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador.
 - Penhor comum sobre coisas móveis e de anticrese.
 - Mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros.
 - Contrato de penhor de animais.
40. O Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis (Sinrem) é composto pelos seguintes órgãos e funções:
- O Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão central Sinrem, com funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, no plano técnico; e supletiva, no plano administrativo; e as Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções apenas executoras dos serviços de registro.
 - O Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão central Sinrem, com funções supervisora, orientadora, coordenadora, no plano técnico, e não normativa; e obrigatória, no plano administrativo; e as Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro.
 - O Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão central Sinrem, com funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, no plano técnico; e supletiva, no plano administrativo; e as Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro.
 - O Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão central Sinrem, com funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, no plano técnico; e obrigatória, no plano administrativo; e as Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro.

41. O plenário é órgão da Junta Comercial, composto de vogais e seus respectivos suplentes:
- Constituído pelo mínimo de onze e máximo de vinte e cinco vogais.
 - A metade do número será designada mediante indicação de nomes, em listas triplíces, pelas entidades patronais de grau superior e pelas Associações Comerciais, com sede na jurisdição da junta.
 - Remunerados mensalmente, nos termos da legislação da unidade federativa a que pertencer a junta comercial.
 - Para mandato de 4 (quatro) anos, permitida apenas uma recondução.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
42. Nas Juntas Comerciais, estão sujeitos ao regime de decisão colegiada:
- O pedido de extinção da pessoa jurídica.
 - O pedido de alteração da sociedade cooperativa.
 - O pedido de transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas mercantis.
 - O pedido de registro de pessoa jurídica.
43. Sobre o pedido revisional ao registro público de empresas mercantis e atividades afins:
- A reconsideração terá por objeto obter a revisão de despachos singulares ou de turmas que formulem exigências para o deferimento do arquivamento e será apresentado no prazo para cumprimento da exigência para apreciação pela autoridade recorrida em três dias úteis ou cinco dias úteis, respectivamente.
 - O recurso ao plenário deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do recebimento da peça recursal, ouvida a procuradoria, no prazo de dez dias, quando a mesma não for a recorrente.
 - O recurso ao Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, apenas se dará como última instância administrativa.
 - Os recursos de revisão têm duplo efeito.
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
44. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, esta perderá a proteção do seu nome empresarial.
 - Os atos levados a arquivamento nas juntas comerciais são dispensados de reconhecimento de firma, inclusive quando se tratar de procuração.
 - A firma individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos consecutivos deverá comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento.
 - A reativação da empresa obedecerá aos mesmos procedimentos requeridos para sua constituição.
45. Sobre o protesto, indique a resposta correta.
- O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.
 - O protesto de título vencido sempre será efetuado por falta de pagamento, sendo excepcionalmente possível a recusa justificada da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.
 - Quando o sacado retiver a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata, que se limitarão a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacador ao tempo da emissão da duplicata, vedada a exigência de qualquer formalidade não prevista na Lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.
 - Os devedores, assim compreendidos os emitentes de notas promissórias e cheques, os sacados nas letras de câmbio e duplicatas, bem como os indicados pelo apresentante ou credor como responsáveis pelo cumprimento da obrigação, poderão deixar de figurar no termo de lavratura e registro de protesto.
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
46. O cancelamento do registro do protesto:
- Em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, não será suficiente a declaração de anuência passada pelo credor endossante.
 - Poderá ser solicitado, no caso de extinção judicial da obrigação, com a apresentação da certidão expedida pelo Juízo processante, com ou sem menção do trânsito em julgado, que substituirá o título ou o documento de dívida protestado.
 - Se fundado em outro motivo que não no pagamento do título ou documento de dívida, será efetivado por determinação do Tabelião, pagos os emolumentos devidos.
 - Será solicitado diretamente no Tabelionato de Protesto de Títulos, por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado, cuja cópia ficará arquivada.
47. A reprodução de microfilme ou do processamento eletrônico da imagem, do título ou de qualquer documento arquivado no Tabelionato
- Quando autenticado pelo Tabelião de Protesto, por seu Substituto ou Escrevente autorizado, guarda o mesmo valor do original, dependendo de restauração judicial.
 - Quando autenticado pelo Tabelião de Protesto, por seu Substituto ou Escrevente autorizado, guarda o mesmo valor do original, independentemente de restauração judicial.
 - Possui valor jurídico relevante para prova efetiva do ato, independentemente de outra circunstância.
 - Possui valor jurídico relevante para prova efetiva do ato, desde que homologada judicialmente.
48. Os livros do registro de Títulos e Documentos:
- Conterão 300 folhas, escrevendo-se na parte superior o título, a letra com o número e o ano em que começar, não cabendo o desdobramento dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos.
 - Conterão 300 folhas, escrevendo-se na parte superior o título, a letra com o número e o ano em que começar, cabendo o desdobramento judicial dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos, sem prejuízo da unidade do protocolo e de sua numeração em ordem rigorosa.
 - Conterão 200 folhas, escrevendo-se na parte superior o título, a letra com o número e o ano em que começar, não cabendo o desdobramento dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos.
 - Conterão 200 folhas, escrevendo-se na parte superior o título, a letra com o número e o ano em que começar, cabendo o desdobramento judicial dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos, sem prejuízo da unidade do protocolo e de sua numeração em ordem rigorosa.
49. O registro dos documentos deverá ser feito de maneira a abranger o seu conteúdo integral. Logo:
- O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, bastando o nome e o reconhecimento de firma por tabelião.
 - O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento de firma por tabelião, desde que conte com a autorização judicial, precedida de oitiva do Ministério Público.
 - O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento de firma por tabelião, se houver, o nome deste, o do apresentante, o número de ordem e a data do protocolo, e da averbação, a importância e a qualidade do imposto pago, depois do que será datado e rubricado pelo oficial ou servidores (o oficial, seu substituto legal ou escrevente designado pelo oficial e autorizado pelo Juiz competente).
 - Não se admitirá, em nenhuma hipótese, o registro resumido.

50. Sobre o exame de formalidades dos documentos apresentados à Junta Comercial, assinale a resposta **INCORRETA**:
- Verificada a existência de vício sanável, o processo será colocado em exigência.
 - Verificada a existência de vício insanável, o requerimento será indeferido.
 - Todo ato, documento ou instrumento apresentado a arquivamento será objeto de exame do cumprimento das formalidades legais pela junta comercial.
 - As exigências formuladas pela junta comercial deverão ser cumpridas em até quinze dias, contados da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho.
51. Em relação à capacidade civil, é correto afirmar:
- O casamento civil do menor de dezesseis anos devidamente autorizado pelos pais e pelo juiz, nos casos previstos em lei, faz com que este atinja a capacidade civil plena.
 - É possível a emancipação do menor de dezesseis anos pelos pais, através de instrumento público.
 - A incapacidade para os atos da vida civil em razão de enfermidade mental deve ser declarada em decisão judicial em ação de interdição, e deve ser registrada em registro público.
- Assinale a correta:
- As assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
52. Em relação ao domicílio:
- Nos contratos escritos é possível eleger domicílio para que se cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
 - O domicílio não pode ser estabelecido no local onde se exerce a atividade profissional, sendo regulado pelo local de residência com ânimo definitivo.
 - O domicílio da pessoa jurídica deve ser sempre o mesmo do seu sócio majoritário.
- Assinale a correta:
- Estão corretas as assertivas I e II.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - Estão corretas as assertivas II e III.
53. Assinale a correta:
- O estado de perigo somente se configura se o grave dano for conhecido da outra parte e a obrigação for excessivamente onerosa.
 - O erro substancial torna o negócio inválido ainda que a outra parte se ofereça para cumprir o negócio de acordo com a real vontade do que incorreu em erro.
 - O negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes.
 - O negócio jurídico simulado é passível de anulação pelos prejudicados, mas subsistirá o dissimulado se for válido na forma e substância.
54. Assinale a correta:
- Na união estável não é possível a escolha do regime de bens, devendo sempre ser no regime de comunhão parcial.
 - Os divorciados que ainda não fizeram a partilha dos bens do casamento anterior não poderão realizar pacto antenupcial, sendo obrigados a casar no regime da separação legal.
 - A alteração dos regimes de bens é possível durante o casamento, mediante elaboração de nova escritura de pacto antenupcial.
 - No regime de comunhão parcial não se comunicam os bens recebidos por herança, e nem os frutos destes percebidos durante o casamento.
55. Assinale a correta:
- Quando a separação do casal foi feita através da via judicial, não é possível o divórcio através de escritura pública, mesmo se consensual e sem filhos menores.
 - O casamento civil pode ser celebrado através de procuração, pública ou particular, com poderes especiais e com validade de 90 dias.
 - Não é possível anular o casamento por motivo de idade se deste resultou gravidez.
 - Não é permitido no direito brasileiro o casamento entre primos, mas estes podem viver em união estável.
56. Assinale a alternativa correta:
- O poder familiar dos pais poderá ser transferido aos avós através de ação judicial, justificando-se as razões.
 - Os menores de dezoito anos não emancipados serão colocados sob a curatela de um responsável, caso seus pais não possam exercer o poder familiar, por morte ou perda judicial.
 - As presunções de paternidade existentes para filhos de mulheres casadas são em regra relativas, salvo quando se tratar de filho concebido por inseminação artificial heteróloga autorizada pelo marido.
 - O filho, ainda que maior de idade, poderá ser reconhecido pelo pai com ou sem o seu consentimento.
57. Considerando os efeitos da união estável e do casamento, responda:
- Em caso de divórcio de pessoas casadas no regime de separação total de bens, não é devida a fixação de alimentos para o ex-cônjuge.
 - As pessoas casadas no regime de comunhão parcial necessitam de outorga uxória ou marital para alienação dos bens imóveis particulares.
 - As pessoas que vivem em união estável não devem ter seu estado civil alterado.
- Assinale a correta:
- Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - Estão corretas as assertivas I, II e III.
58. Sobre a sucessão testamentária, assinale a assertiva correta:
- É permitido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.
 - O testamento é ato personalíssimo, não podendo ser alterado posteriormente pelo testador.
 - Extingue-se em 10 (dez) anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.
 - Podem testar os maiores de 16 (dezesseis) anos.
59. Nas modalidades de obrigações, assinale a assertiva **INCORRETA**:
- Nas obrigações de não fazer, em caso de urgência, poderá o credor desfazer ou mandar desfazer, independentemente de autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.
 - A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
 - Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
 - Nas obrigações de dar coisa incerta, a coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
60. Do contrato de compra e venda, qual assertiva está correta:
- O prazo para anular venda de ascendente para descendente é decadencial de dois anos.
 - É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
 - O prazo para declarar nula venda de ascendente para descendente é prescricional de dois anos.
 - Não sendo a venda a crédito, o vendedor é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
61. Quanto à responsabilidade pelo serviço, é correto afirmar:
- O prestador responsabiliza-se por todos os danos decorrentes do evento, mesmo que tais vítimas não sejam consumidores.
 - O profissional liberal responde objetivamente pelos serviços que prestar.
 - O surgimento de nova técnica torna defeituoso o serviço já prestado.
 - A época em que o serviço foi prestado não é relevante para constatação do defeito.
62. Quanto ao casamento e a sociedade conjugal é correto afirmar, **EXCETO**:
- O casamento é dissolvido apenas pelo divórcio.
 - A anulação do casamento põe fim à sociedade conjugal.
 - O término da sociedade conjugal não permite que o cônjuge contraia novas núpcias.
 - A separação judicial põe fim à sociedade conjugal, mas não ao casamento.

63. Considerem-se as seguintes afirmações quanto à adoção:
- O novo registro poderá ser lavrado em Cartório do Registro Civil do Município em que o adotante reside.
 - A sentença de adoção poderá alterar o pronome do adotado, a pedido dele ou dos adotantes.
 - O registro original não será cancelado, devendo-se, contudo, averbar a existência do novo registro.
- Diante de tais afirmações, é correto afirmar que:
- Apenas o item I está correto.
 - Os itens I e III estão corretos.
 - Apenas o item II está correto.
 - Os itens I e II estão corretos.
64. Quanto aos contratos regulados pela Lei n. 6.766/79 (Parcelamento do Solo), é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração.
 - Os compromissos de compra e venda, as cessões ou promessas de cessão poderão ser feitos por escritura pública ou por instrumento particular.
 - Se o credor das prestações se recusar recebê-las, ou furtar-se ao seu recebimento, será constituído em mora mediante notificação do Oficial do Registro de Imóveis para vir receber as importâncias depositadas pelo devedor no próprio Registro de Imóveis.
 - São retratáveis, salvo em disposição contratual em contrário.
65. A respeito dos Terrenos de Marinha, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- A ocupação é uma espécie de contrato firmado com a União.
 - A enfiteuse é um contrato precário firmado com a União.
 - O laudêmio é pago em razão da transferência da titularidade de contratos como a ocupação e a enfiteuse.
 - A taxa de ocupação corresponde a um valor anual pago pelo ocupante.
66. Quanto à usucapião especial é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O prazo da prescrição aquisitiva é de 5 anos, inclusive aos imóveis rurais com área superior a 25 hectares, independentemente do tamanho do módulo rural.
 - A usucapião especial poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para transcrição no Registro de Imóveis.
 - A usucapião especial abrange, inclusive, as terras devolutas, podendo ser reconhecida administrativamente.
 - A usucapião especial não depende de justo título ou boa-fé.
67. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua firma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte".
 - As microempresas e as empresas de pequeno porte são obrigadas a realizar todas as reuniões e assembleias previstas na legislação civil.
 - Sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal ou fundos especiais do Tribunal de Justiça.
 - O cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado.
68. Quanto à Sociedade Simples, pode-se afirmar, **EXCETO**, que:
- A Sociedade Simples pura poderá ser dissolvida por consenso dos sócios ou por maioria absoluta, caso seja a sociedade constituída por prazo indeterminado.
 - A responsabilidade dos sócios na Sociedade Simples pura é obrigatoriamente subsidiária.
 - Na Sociedade Simples limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
 - Na Sociedade Simples limitada às deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.
69. Quanto aos contratos mercantis é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O consentimento das partes, a coisa e o preço são requisitos essenciais aos contratos mercantis de compra e venda.
 - As relações negociais se caracterizam por mercantis quando envolvem empresários como seus sujeitos.
 - A alienação fiduciária, cujo contrato pode ser classificado como contrato bancário impróprio, pode ter por objeto bem móvel ou imóvel.
 - O código de defesa do consumidor não se aplicará aos contratos mercantis, independentemente das partes envolvidas.
70. Quanto aos títulos de crédito, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O endosso em branco transforma a letra nominativa em título ao portador.
 - O sacado de um cheque não possui obrigação cambial.
 - Na duplicata mercantil, pode acontecer a recusa do aceite por divergência no prazo ou preço estipulado.
 - A nota promissória e a letra de câmbio possuem a mesma natureza e, por isso, as normas relativas às letras de câmbio aplicam-se sem exceção à nota promissória.
71. Quanto à extinção do processo, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- Quando há renúncia ao direito em que se funda a ação, o mérito não será resolvido.
 - O processo deverá ser extinto, com resolução do mérito, quando estiver ausente uma das condições da ação.
 - Com a transação acerca do direito material em litígio, o processo é extinto sem resolução do mérito.
 - Há julgamento do mérito quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
72. Quanto à sentença, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O juiz poderá prolatar sentença ilíquida quando o pedido for líquido, desde seja para se adequar à natureza da causa.
 - O relatório, os fundamentos e o dispositivo são requisitos essenciais da sentença.
 - A possibilidade de o magistrado conceder tutela que assegure o resultado prático equivalente ao do adimplemento de determinada obrigação constitui exceção ao princípio da congruência entre e sentença e o pedido.
 - O magistrado não poderá condenar o réu em quantidade superior à que foi pedida.
73. Quanto aos recursos, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- Conforme o caso, uma decisão poderá ser impugnada por até dois recursos ordinários diferentes.
 - O cabimento, o interesse recursal e a legitimidade recursal são requisitos recursais intrínsecos.
 - O julgamento de um recurso não poderá criar situação mais prejudicial para a parte recorrente do que aquela existente antes da interposição.
 - Em atenção ao princípio da fungibilidade, o recurso equivocado poderá ser conhecido como correto desde que exista dúvida objetiva quanto ao recursos cabível, inexistindo erro grosseiro na interposição e esteja dentro do prazo para interposição do recurso adequado.
74. Quanto à execução de título extrajudicial, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- A exemplo do título judicial, o extrajudicial deve revestir-se de certeza, liquidez e exigibilidade.
 - Os embargos à execução são a via de defesa do executado, sendo ação de conhecimento autônoma e incidente ao processo de execução.
 - Os títulos executivos que podem circular livremente no mercado devem ser apresentados no original para viabilizar sua execução.
 - O título extrajudicial produzido no estrangeiro não possui validade em território nacional, mesmo que o lugar de cumprimento da obrigação seja o Brasil.
75. Quanto ao processo cautelar, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O poder geral de cautela está limitado às cautelares específicas.
 - A eficácia da medida cautelar cessa se não for executada em 30 dias.
 - A medida liminar poderá ser substituída, de ofício, por caução.
 - Quem requerer medida cautelar responderá pelo prejuízo que eventualmente causar, se a sentença no processo principal lhe for desfavorável.

76. É certo afirmar:

- I. O conciliador ou juiz leigo não está incompatibilizado nem impedido de exercer a advocacia, exceto perante o próprio Juizado Especial em que atue ou se pertencer aos quadros do Poder Judiciário.
- II. O conciliador ou o juiz leigo não podem presidir audiências preliminares nos Juizados Especiais Criminais, propondo conciliação e encaminhamento da proposta de transação.
- III. A ação penal relativa à contravenção de vias de fato não dependerá de representação.
- IV. Verificada a impossibilidade de citação pessoal, ainda que a certidão do Oficial de Justiça seja anterior à denúncia, os autos serão remetidos ao juízo comum após o oferecimento desta.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

77. É certo afirmar:

- I. Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto, constitui-se em crime de perturbação ou fraude de concorrência.
- II. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício se constitui em corrupção ativa.
- III. O crime de sonegação de contribuição previdenciária tem extinta a sua punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.
- IV. Omitir informação às autoridades fazendárias, visando suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, está tipificada como contravenção penal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

78. É certo afirmar:

- I. A ação penal apresenta três espécies: pública, privada e condicionada.
- II. O emprego da força pelos executores do mandado de prisão somente será permitido nos casos de resistência, ainda que por parte de terceiros, ou da tentativa de fuga do preso. É, portanto, medida de caráter excepcional.
- III. Penalmente a decadência pode ser definida como a perda do direito de ingressar com a ação privada ou a de representação por não ter sido exercido no prazo legal. Portanto, ela não atinge o direito de punir do Estado, visto alcançar somente o direito do particular.
- IV. Perda de bens e valores é a transferência ao Fundo Penitenciário Nacional de bens e valores lícitos do condenado, como forma de puni-lo, evitando-se o cárcere, tendo por limite o prejuízo gerado pelo crime ou o lucro auferido.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

79. É certo afirmar:

- I. Anterioridade da Lei Penal significa que é obrigatória a previa existência de lei penal incriminadora para que alguém possa ser por um fato condenado, exigindo, também, prévia cominação de sanção para que alguém possa sofrê-la.
- II. Quanto à eficácia do princípio da legalidade, adota-se no Brasil a legalidade material, somente constituindo crime a conduta descrita em lei como tal, devendo-se exigir que os tipos penais sejam regidos de maneira clara e minuciosa, evitando-se tipos demasiadamente abertos.
- III. Leis penais temporais são aquelas que não possuem no seu próprio texto a data da revogação, vigorando assim por tempo indeterminado.
- IV. Considera-se tipo penal um modelo legal de conduta.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

80. É certo afirmar:

- I. A classificação dos crimes pode ser considerada como a organização dos delitos em diversas categorias, com a finalidade de proporcionar melhor estudo e aplicação de cada um dos tipos penais incriminadores, ora levando em consideração o momento consumativo, ora o sujeito ativo capaz de cometer a infração penal, dentre outros fatores.
- II. Partícipe é a pessoa que, juntamente com outra ou outras, ingressa no tipo penal, em qualquer dos seus aspectos.
- III. Chama-se de "autoria colateral" quando duas ou mais pessoas contribuem para a materialização do delito, sem que uma saiba da colaboração da outra.
- IV. Direito penal máximo é um método de aplicação do Direito Penal, cuja finalidade é punir a infração máxima a fim de não se tornar algo mais grave, sem que haja maiores freios ou limites para a aplicação de penas.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

81. É certo afirmar:

- I. Prescrição intercorrente é a prescrição da pretensão punitiva do Estado, com base na pena concreta, tomando por base o período que medeia a sentença condenatória, com trânsito em julgado para a acusação (ou se improvido seu recurso), e o trânsito em julgado para defesa.
- II. O sujeito ativo no crime de alterações de limites pode ser tanto o dono e senhor do imóvel, quanto o seu mero possuidor.
- III. O crime de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico é punível tanto por dolo quanto por culpa do agente.
- IV. Não configura crime de estelionato se o cheque emitido sem provisão de fundos é pós-datado ou dado como garantia.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

82. É certo afirmar:

- I. Modernamente tem-se que a autoridade policial possui a faculdade de determinar a instauração de inquérito policial, podendo assim, desconsiderar aqueles casos de pouca significância penal ou remetê-los para o juizado especial criminal.
- II. Quando o intérprete se serve das regras gerais do raciocínio para compreender o espírito da lei e a intenção do legislador, fala-se de interpretação lógica ou teleológica, porquanto visa precisar a genuína finalidade da lei, a vontade nela manifestada.
- III. Inquérito policial é um conjunto de diligências realizadas pela Polícia Judiciária, visando a elucidar as infrações penais e sua autoria.
- IV. Nos crimes de falência fraudulenta ou culposa, a ação penal poderá ser intentada por denúncia do Ministério Público ou por queixa do liquidatário ou de qualquer credor habilitado por sentença passada em julgado.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

83. É certo afirmar:

- I. Nos crimes afiançáveis cometidos pelos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- II. Na decisão de recebimento da denúncia ou queixa, além de dever o Juiz analisar a peça acusatória sob o aspecto formal e sob o prisma da viabilidade do direito de ação, cumpre-lhe investigar a existência dos pressupostos da relação processual.
- III. No procedimento-regra dos crimes apenados com reclusão e de todos aqueles que seguem esse mesmo rito, estando o indiciado ou réu preso, o prazo para o encerramento da prova da acusação, não obstante ausência de texto legal, tem sido considerado de oitenta e um dias.
- IV. Ação e processo são coisas distintas.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

84. É certo afirmar:

- I. Realizada a providência assecuratória e uma vez proferida sentença penal condenatória com trânsito em julgado, os autos do incidente devem ser remetidos ao juízo cível competente.
- II. No rito sumário a exceção será processada nos próprios autos.
- III. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento sumário ou ordinário conforme o caso.
- IV. O juiz pode alterar a destinação das medidas penais indicadas na proposta de transação penal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

85. É certo afirmar:

- I. É irrecurável a decisão que defere o arquivamento de termo circunstanciado a requerimento do Ministério Público.
- II. Quando do rito sumário, as alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença. Havendo mais de um acusado com mesmo procurador, o tempo previsto para a defesa será entre eles dividido.
- III. No procedimento ordinário, produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.
- IV. O Após o tríduo para a defesa, tratando-se de procedimento sumário, os autos serão conclusos ao juiz, que, depois de sanadas as nulidades, mandará proceder às diligências indispensáveis ao esclarecimento da verdade, quer tenham sido requeridas, quer não, e marcará para um dos 8 (oito) dias seguintes a audiência de julgamento, cientificados o Ministério Público, o réu e seu defensor.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

86. De acordo com o Código de Normas da CGJ, assinale a alternativa correta:

- a) A função correicional tem por finalidade a fiscalização, controle, orientação e o acompanhamento dos serviços forenses de primeiro grau; serviços auxiliares; serviços notariais e de registro, polícia judiciária; cadeias públicas, presídios e unidade de internação de adolescentes, em todo Estado.
- b) A função correicional é exercida pelo Corregedor de Justiça, pelos Juizes Corregedores Auxiliares, por delegação do Presidente do Tribunal, Juizes ou por Juiz de Direito Diretor do Foro, mesmo quando as suas atividades diretas forem objeto da fiscalização.
- c) A função correicional é exercida pelo Corregedor de Justiça, pelos Juizes Corregedores Auxiliares, por delegação do Presidente do Tribunal, Juizes ou por Juiz de Direito Diretor do Foro ou não, quando as suas atividades diretas não forem objeto da fiscalização.
- d) A função correicional tem por finalidade a fiscalização, controle, orientação e o acompanhamento dos serviços forenses de primeiro grau e segundo graus; serviços auxiliares; serviços notariais e de registro, polícia judiciária; cadeias públicas, presídios e unidade de internação de adolescentes, em todo Estado, sem prejuízo da competência administrativa dos Juizes de Direito.

87. No curso da realização das Correições nos Ofícios Extrajudiciais, devem ser verificados *in loco*, dentre outros:

- I. Se existem cópias da Lei de Custas e Emolumentos e respectivas Tabelas, de conformidade com a natureza dos serviços.
 - II. Se existem Ofícios vagos e a regularidade da situação de quem está por eles respondendo.
 - III. Se há ofícios e demais correspondências recebidos e não respondidos.
 - IV. A documentação relativa aos vínculos empregatícios dos Substitutos e funcionários dos Titulares dos Ofícios Extrajudiciais.
- a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) Todas as assertivas estão erradas.
 - c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

88. De acordo com o Código de Normas da CGJ, assinale a alternativa correta:

- a) No procedimento administrativo disciplinar, as denúncias somente são objeto de apuração quando contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a sua autenticidade, salvo se forem apócrifas.
- b) A sindicância e o processo administrativo disciplinar destinam-se a apurar a responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições ou com estas relacionadas.
- c) Ao Juiz de Direito ou qualquer autoridade administrativa que tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é facultado promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo disciplinar.
- d) Ao Juiz de Direito que tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é facultado promover a sua apuração imediata, mediante sindicância.

89. De acordo com o Código de Normas da CGJ, assinale a alternativa correta:

- a) Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, de demissão, cassação, de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, ou função de direção, chefia ou assessoramento, é dispensada a instauração de processo disciplinar.
- b) Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação, de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, ou função de direção, chefia ou assessoramento, é dispensada a instauração de processo disciplinar.
- c) Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação, de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, chefia ou assessoramento, é obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- d) Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, de demissão, cassação, de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento, é obrigatória a instauração de processo disciplinar.

90. De acordo com o Código de Normas da CGJ, a realização de Correições será precedida de publicação de Portaria expedida pelo Corregedor da Justiça, que deverá constar, dentre outras informações:
- Dia do início, do término (período) e do horário de seus serviços.
 - Nota de que qualquer pessoa poderá apresentar reclamações ou sugestões sobre os serviços a serem corrigidos.
 - Informação de que os prazos judiciais e processuais ficam mantidos no período da Correição.
 - Informação quanto à suspensão ou não das audiências com datas para serem realizadas no período da Correição.
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
91. De acordo com o Código de Normas da CGJ, assinale a alternativa correta:
- O notário ou o oficial que adotar sistema informatizado deve fazer ao menos três cópias de segurança (*backup*) diariamente dos atos praticados, uma a ser armazenada na própria sede do Ofício e as outras em local distinto, com as cautelas devidas.
 - Para o ato decorrente de declaração de pessoa portadora de deficiência visual, deve o oficial providenciar cópia do conteúdo pelo método Braille, colhendo, além da sua assinatura, a de duas testemunhas, devidamente qualificadas.
 - Quando houver dúvida por parte do interessado da exigência legal do ato a ser praticado pelo notário ou oficial, cabe a estes realizar a consulta das normas pertinentes, emitindo certidão se solicitada.
 - Todo o acervo, inclusive o banco de dados e programas de informática utilizados, independentemente do sistema de escrituração adotado, é parte integrante do respectivo Ofício.
92. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Rio Grande do Norte, para a criação de Comarca é necessário que a localidade possua:
- População mínima de 10.000 (dez mil) habitantes, comprovada por documento expedido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
 - Mais de 5.000 (cinco mil) eleitores inscritos, comprovado esse número por certidão da Justiça Eleitoral.
 - Condições materiais indispensáveis ao funcionamento dos serviços da Justiça, tais como instalações para o Foro, cadeia pública e residência para o Juiz e Promotor de Justiça.
 - Movimento forense, no ano anterior, de pelo menos cinquenta feitos de qualquer natureza, com exceção da matéria de registros públicos.
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
93. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:
- O Juiz de Paz tem competência para celebrar casamentos e verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, a regularidade do respectivo processo de habilitação, sem prejuízo do exercício de igual função pelo Juiz de Direito ou Substituto.
 - O Juiz de Paz tem competência para celebrar casamentos e verificar, tão somente em face de impugnação apresentada, a regularidade do respectivo processo de habilitação, sem prejuízo do exercício de igual função pelo Juiz de Direito ou Substituto.
 - O Juiz de Paz tem competência exclusiva para celebrar casamentos e verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, a regularidade do respectivo processo de habilitação.
 - O Juiz de Paz tem competência exclusiva para celebrar casamentos e verificar, tão somente em face de impugnação apresentada, a regularidade do respectivo processo de habilitação.
94. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:
- Computa-se, para efeito de aposentadoria do magistrado, o tempo de exercício na advocacia, até o máximo de vinte anos.
 - Computa-se, para efeito de aposentadoria do magistrado, o tempo de exercício na advocacia, até o máximo de dez anos.
 - Na aposentadoria, os Desembargadores e Juizes conservam o direito ao título e às prerrogativas, em igualdade de tratamento com os que se encontram na atividade, inclusive o privilégio de foro.
 - Na aposentadoria, os Desembargadores e Juizes conservam o direito ao título e às prerrogativas, em igualdade de tratamento com os que se encontram na atividade, excetuado o privilégio de foro.
95. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Rio Grande do Norte, são feriados forenses, dentre outros:
- Os sábados e domingos e os dias de quinta e sexta-feira da Semana Santa.
 - Os dias de segunda e terça-feira de carnaval e quarta-feira de cinzas.
 - Os feriados nacionais e estaduais e, em cada Comarca, os feriados do município sede.
 - Os dias 11 de julho e 08 de novembro.
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
96. De acordo com o Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:
- Os Juizes de Direito designados para servir na Corregedoria, exercerão as suas atribuições por delegação, por meio de ato do Presidente do Tribunal.
 - A Corregedoria da Justiça, Órgão incumbido da fiscalização, disciplina, controle e orientação administrativa dos serviços forenses e extrajudiciais em todo o Estado, com sede na Capital, será dirigida por um Desembargador nomeado pelo Presidente do Tribunal de Justiça para o mesmo período do mandato deste.
 - Os Juizes de Direito ou de Paz, designados para servir na Corregedoria, exercerão as suas atribuições por delegação, por meio de ato do Presidente do Tribunal.
 - A Corregedoria da Justiça, Órgão incumbido da fiscalização, disciplina, controle e orientação administrativa dos serviços forenses e extrajudiciais em todo o Estado, com sede na Capital, será dirigida por um Desembargador eleito na Sessão em que o forem o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e para o mesmo período.
97. Os Tabeliães do Estado do Rio Grande do Norte, na lavratura de atos notariais que envolvam pessoas idosas, deverão proceder observando as seguintes cautelas:
- As procurações devem ser confeccionadas com prazo de validade de 06 (seis) meses, renovável de acordo com a necessidade e a vontade do idoso.
 - As procurações devem especificar exatamente o objeto e a finalidade, sendo vedada a utilização da cláusula de irrevogabilidade, a não ser nos casos em que esta cláusula seja da natureza do ato jurídico.
 - Deve ser facilitada a revogação de procurações, por pessoa idosa, através de simples petição, oral ou escrita.
 - Em todo caso, devem ser prestadas ao idoso informações adequadas a respeito das consequências advindas do ato ou negócio jurídico a ser celebrado.
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

98. Assinale a alternativa correta:

- a) Estão isentos do pagamento de custas os embargos de terceiro, os embargos à execução, a ação declaratória incidental, a reconvenção e os incidentes processuais.
- b) Compete à Corregedoria Geral de Justiça efetuar a fiscalização e controle das custas processuais, emolumentos e Taxa de Fiscalização, bem assim, orientar, disciplinar, fiscalizar e controlar o seu correto recolhimento.
- c) Estão isentos do pagamento de custas os embargos declaratórios, os embargos à execução, a ação declaratória incidental, a reconvenção e os incidentes processuais.
- d) Compete ao juiz Diretor do Foro efetuar a fiscalização e controle das custas processuais, emolumentos e Taxa de Fiscalização, bem assim, orientar, disciplinar, fiscalizar e controlar o seu correto recolhimento.

99. Os emolumentos fixados nesta Lei, observada a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, incluem:

- I. Protocolo, arquivamento, traslado, anotações e comunicações determinadas por lei, diligências e gestões essenciais à realização do ato notarial ou de registro.
 - II. Elaboração e preenchimento de certidão, carta, ofício, requerimento, documento de arrecadação e conferência de cópia ou via desses documentos.
 - III. Utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de armazenamento e reprodução de dados, além da certificação digital.
 - IV. Despesas postais e publicações, exceto quando expressamente ressalvadas nas tabelas.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Todas as assertivas estão erradas.
 - c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) A união estável homoafetiva não deve ser reconhecida como entidade familiar, todavia serve a escritura como prova de dependência econômica, constituída para os efeitos administrativos de interesse comum perante a previdência social, entidades públicas e privadas, sendo livre a escolha da Serventia extrajudicial para sua lavratura.
- b) As Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio Grande do Norte estão obrigadas a atender cada usuário no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento da respectiva Serventia.
- c) As Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio Grande do Norte estão obrigadas a atender cada usuário no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento da respectiva Serventia.
- d) A união estável homoafetiva não deve ser reconhecida como entidade familiar, todavia serve a escritura como prova de dependência econômica, constituída para os efeitos administrativos de interesse comum perante a previdência social, entidades públicas e privadas, companhias de seguro, instituições financeiras e creditícias e outras similares.